



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO – 13ª REGIÃO
PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE PATOSPB
II SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO

NÚMERO DE INSCRIÇÃO: _____

1.ª PARTE: QUESTÕES OBJETIVAS

- PORTUGUÊS

01. Marque a alternativa **incorreta**:

- (A) Punir e premiar caracterizam condutas usadas no treinamento de animais.
- (B) Exportar e importar são ações permanentes do comércio.
- (C) Pensar e agir manifestam a condição humana.
- (D) O pensar e o agir manifestam a condição humana.

02. Indique a opção **incorreta**:

- (A) Choveu vinte dias seguidos.
- (B) Nevou por duas semanas em Santa Catarina.
- (C) Choveram abstenções durante a votação.
- (D) Fazem meses que não presenciamos sessões tão acaloradas.

03. Aponte a assertiva **correta**:

- (A) A Presidência conclama os Deputados a se dirigirem ao plenário.
- (B) A Oposição conclamou-lhe líder.
- (C) Constituí-lhe meu procurador.

(D) O programa favorece aos mais pobres.

04. Indique a opção em que a crase está empregada de forma **incorreta**:

(A) Faremos uma excursão à Bahia, à Sergipe, a Alagoas e à Paraíba.

(B) Um túnel ferroviário liga a França à Inglaterra.

(C) Viajamos a Brasília, depois fomos a São Paulo.

(D) Viajamos à Brasília de Juscelino, depois fomos à São Paulo da garoa.

05. Aponte a opção em que a vírgula está empregada de modo **incorreto**:

(A) O Deputado foi atingido em sua imagem; cabe-lhe portanto o direito de resposta.

(B) Não chove há meses. O gramado, todavia, continua verde.

(C) Adeus, Maria!

(D) As ruas estão esburacadas; os postes, sem luz.

06. Aponte a opção em que **todas** as palavras estão com a grafia **errada**:

(A) Bandeja, idoneidade, bandejão, empecilho.

(B) Basculante, indenização, beneficente, bugiganga.

(C) Interstício, cabeleireiro, calcário, iogurte.

(D) Candieiro, carangueijo, irriquieto, legisferante

07. Marque a alternativa em que todas as palavras estão escritas **corretamente**:

(A) Cataclisma, mendigo, cincoenta, metereologia.

(B) Colheita, caranguejo, companhia, mortadela.

(C) Contigente, mulçumano, cortume, desinteria.

(D) Paralepípedo, despêndio, pespectiva, deteriorização.

08. Indique a alternativa em que a crase está empregada de forma **incorreta**:

- (A) Nossa sorte está ligada à do Brasil.
- (B) Às que muito reclamavam pediu paciência.
- (C) Fui à Paris.
- (D) Evite dar ouvidos àquilo.

09. Atento à regência verbal, marque a opção **incorreta**:

- (A) O Deputado adentrou o plenário para votar.
- (B) Não lhes ajudou quando eles mais necessitavam.
- (C) A bancada apoia o projeto.
- (D) A Presidência conclama os Senadores a se dirigirem ao plenário.

10. Indique a assertiva construída **corretamente**:

- (A) Na classe há menas moças do que rapazes.
- (B) É proibido a entrada de pessoas estranhas.
- (C) A melancia estava meia estragada.
- (D) Meia melancia estava estragada.

- DIREITO CONSTITUCIONAL

11. De acordo com o disposto expressamente na Constituição Federal de 1988, é **INCORRETO** afirmar que compete à Justiça do Trabalho processar e julgar:

- (A) as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores.
- (B) os mandados de segurança, *habeas corpus* e *habeas data*, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição.
- (C) as ações oriundas da relação de trabalho, salvo aquelas que abrangem os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

(D) ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho.

(E) ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho.

12. Nos termos da Constituição Federal de 1988, **não** constituem funções institucionais do Ministério Público:

(A) zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;

(B) promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

(C) expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, na forma da lei complementar respectiva;

(D) defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas;

(E) exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe vedada a representação judicial, mas permitida a consultoria jurídica apenas de entidades públicas assistenciais.

13. Segundo previsto na Constituição Federal de 1988, é INCORRETO afirmar:

(A) qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural; ficando o autor sempre sujeito ao pagamento de custas judiciais e ao ônus da sucumbência;

(B) conceder-se-á "habeas-corpus" sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder;

(C) o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional; organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados;

(D) conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;

(E) conceder-se-á "habeas-data" para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;

- DIREITO DO TRABALHO

14. Nos contratos individuais de trabalho somente é lícita a alteração das respectivas condições:

(A) por decisão unilateral do empregador;

(B) por mútuo consentimento, resultando ou não em prejuízo ao empregado, sob pena de nulidade da cláusula infringente desta garantia;

(C) por mútuo consentimento, e, ainda assim, desde que não resultem, apenas diretamente, prejuízos ao empregado, sob pena de nulidade da cláusula infringente desta garantia;

(D) por mútuo consentimento, e, ainda assim, desde que não resultem, direta ou indiretamente, prejuízos ao empregado, sob pena de nulidade da cláusula infringente desta garantia;

(E) por decisão unilateral do empregado.

15. Assinale a alternativa CORRETA:

(A) Pode o empregador efetuar anotações desabonadoras à conduta do empregado em

sua Carteira de Trabalho e Previdência Social, desde que o mesmo tenha dado motivo para tal;

(B) de acordo com a jurisprudência consolidada do Tribunal Superior do Trabalho, o ônus de provar o término do contrato de trabalho, quando negados a prestação de serviço e o despedimento, é do empregador, pois o princípio da continuidade da relação de emprego constitui presunção favorável ao empregado;

(C) o princípio da primazia da realidade sobre a forma não autoriza a descaracterização de um contrato de prestação civil de serviços, mesmo que despontem, ao longo de sua execução, todos os elementos fático- jurídicos da relação de emprego;

(D) dentre os mais importantes princípios especiais do Direito Individual do Trabalho indicados pela doutrina, incluem-se o princípio da proteção, o princípio da irrenunciabilidade dos direitos trabalhistas e o princípio da norma mais favorável ao empregador;

(E) o princípio da razoabilidade segundo o qual as condutas humanas devem ser avaliadas de acordo com um critério associativo de verossimilhança, sensatez e ponderação, não tem aplicação no Direito Coletivo do Trabalho, por ser este mais legalista.

16. Sobre a duração do trabalho, nos termos da CLT, assinale a alternativa **CORRETA**:

(A) Em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda de 6 (seis) horas, é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, o qual será, no mínimo, de 1 (uma) hora e, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não poderá exceder de 3 (três) horas.

(B) O limite mínimo de uma hora para repouso ou refeição poderá ser reduzido por ato do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, quando ouvido o Serviço de Alimentação de Previdência Social, se verificar que o estabelecimento atende integralmente às exigências concernentes à organização dos refeitórios, e quando os respectivos empregados não estiverem sob regime de trabalho prorrogado a horas suplementares.

(C) O tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho e para o seu retorno, por qualquer meio de transporte, será computado na jornada de trabalho, salvo quando, tratando-se de local de difícil acesso ou não servido por transporte público, o empregador fornecer a condução.

(D) Não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto não excedentes de dez minutos, observado o limite máximo de vinte minutos diários.

(E) Considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a trinta e cinco horas semanais.

- DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

17. Para o exercício de suas atribuições, o Ministério Público do Trabalho **poderá**, nos procedimentos de sua competência:

(A) ter acesso incondicional a qualquer banco de dados de caráter público ou relativo a serviço de relevância pública.

(B) notificar testemunhas e requisitar sua condução coercitiva, mesmo no caso de ausência justificada.

(C) instaurar inquérito policial, realizando inspeções e diligências investigatórias.

(D) ter livre acesso a qualquer local público ou privado, não havendo necessidade de observância das normas constitucionais relativas à inviolabilidade do domicílio.

(E) requisitar informações, exames, perícias e documentos de autoridades administrativas, exceto daquelas ligadas à Administração Pública indireta.

18. Nos termos da Lei Complementar n.º 75/93, **competete** ao Ministério Público do Trabalho o exercício das seguintes atribuições junto aos órgãos da Justiça do Trabalho:

(A) manifestar-se em qualquer fase do processo trabalhista, acolhendo solicitação do juiz, mesmo quando entender inexistente interesse público que justifique a intervenção;

(B) promover a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para defesa de interesses meramente individuais constitucionalmente garantidos;

(C) propor as ações cabíveis para declaração de nulidade de cláusula de contrato, acordo coletivo ou convenção coletiva que viole as liberdades individuais ou coletivas ou os direitos individuais indisponíveis dos trabalhadores;

(D) propor as ações necessárias à defesa dos direitos e interesses dos menores, incapazes e índios, mesmo que não decorrentes das relações de trabalho;

(E) recorrer das decisões da Justiça do Trabalho, quando entender necessário, nos processos em que for parte; não lhe sendo permitido recorrer nos casos em que officiar apenas como fiscal da lei.

- DIREITO PROCESSUAL CIVIL

19. De acordo com o disposto no Código de Processo Civil, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) Verificando a incapacidade processual ou a irregularidade da representação das partes, o juiz, suspendendo o processo, marcará prazo razoável para ser sanado o defeito. Não sendo cumprido o despacho dentro do prazo, o juiz decretará a nulidade do processo, se a providência couber ao réu.

(B) Se, no curso do processo, se tornar litigiosa relação jurídica de cuja existência ou inexistência depender o julgamento da lide, qualquer das partes poderá requerer que o juiz a declare por sentença.

(C) A procuração geral para o foro, conferida por instrumento público, ou particular assinado pela parte, habilita o advogado a praticar todos os atos do processo, inclusive para receber citação inicial, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, receber, dar quitação e firmar compromisso.

(D) É permitido ao juiz se eximir de sentenciar ou despachar alegando lacuna ou obscuridade da lei.

(E) Não poderá a parte renunciar ao prazo estabelecido exclusivamente em seu favor.

- DIREITO CIVIL

20. Segundo o disposto no Código Civil brasileiro, é **INCORRETO** afirmar que:

(A) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de dezesseis anos;

(B) São incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer os ébrios habituais, os viciados em tóxicos, e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido;

(C) Cessar, para os menores, a incapacidade pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria.

(D) Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.

(E) É válida, com objetivos lucrativos, a disposição do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.

2.ª PARTE: QUESTÃO DISCURSIVA

DISSERTE SOBRE O TEMA: **O Ministério Público do Trabalho como Promotor dos Direitos Fundamentais.**
